



Belo Horizonte, 20 de outubro de 2020.

PARECER DPCT/SD Nº 200/2020

Processo : 01-097.887/19-41

Referência: Inexigibilidade – Artigo 25 I da Lei 8666/93

Contrato : DJ 052/2019

Contratada: ARTE INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e presencial, treinamento, manutenção adaptativa, manutenção evolutiva e capacitação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos denominado ARTERH.

Ementa: Celebração de Termo Aditivo – Prazo – Serviços Contínuos – Fundamentação – Art. 57 inciso II, da Lei nº 8.666/93 – Possibilidade.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Solicitação de Renovação de Contrato, feita através do Ofício GCOAT – SD/DJUR-SD Nº021/2020, datada de 05/08/2020, proveniente da Gerência de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, subscrita pelo gerente, Márcio de Freitas Alvarenga, pelo Fiscal do Contrato, Clerisson Aurélio de Carvalho Teixeira, e pela servidora Heloíza Campos Reis, aprovada pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, Diogo Sie Carreiro Lima, e pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, que no âmbito de sua competência requer a renovação do Contrato Administrativo DJ 052/2019 por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 29/10/2020 e com vencimento em 28/10/2021, pelo valor global de R\$ 69.489,34 (sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

A justificativa técnica indicada no teor da Solicitação de Renovação de Contrato Ofício GCOAT SD/DJUR – SD Nº 021/2020, datada de 05/08/2020, proveniente da Gerência de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, subscrita pelo gerente, Márcio de Freitas Alvarenga, pelo Fiscal do Contrato, Clerisson Aurélio de Carvalho Teixeira, e pela servidora Heloíza Campos Reis, aprovada pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, Diogo Sie Carreiro Lima, e pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, foi nos seguintes termos:

"O referido contrato DJ 052/2019 vence em 28/10/2020.

Por meio do sistema ArteRH é possível manter e fornecer em tempo hábil aos empregados e gestores, informações seguras e resultados efetivos sobre gestão de pessoas.

O sistema ArteRH contribui para que a Gerência de Controle Funcional – GCONF-SD, possa planejar, estruturar e gerir os seus recursos humanos, além de racionalizar o uso de recursos e reduzir custos para a Administração Pública com o suporte da tecnologia da informação.

Apesar de por direito contratual a PBH ter adquirido a licença de uso, no âmbito da Administração Pública do Município de Belo Horizonte, ela não se apropriou do domínio da solução, em função das constantes evoluções do sistema.

Considerando o descrito no item 1.4, a dimensão e capilaridade do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – ArteRH e o fato de que o domínio da solução e toda a documentação necessária não foram apropriados pela equipe técnica da CONTRATANTE, a assunção à manutenção deste sistema por uma equipe própria da SUDECAP ou PRODABEL, exigiria um esforço inicial significativo, além de um alto risco de descontinuidade dos processos até o domínio completo por parte da mesma.

A interrupção do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – ArteRH pode gerar prejuízos ao erário público como: recolhimentos intempestivos, cálculos errados em recolhimentos e pagamentos de funcionários, atrasos no cumprimento de obrigações, dentre outros."

Verifica-se, portanto, que o órgão solicitante fundamenta o seu pleito na necessidade contínua dos serviços objeto do contrato administrativo em tela. Quanto à instrução do expediente, arrolamos a seguinte documentação, que consta do Processo ora analisado: (I) *Solicitação de Renovação de Contrato, feita através do Ofício GCOAT – SD/DJUR-SD Nº 021/2020, datada de 05/08/2020, proveniente da Gerência de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, subscrita pelo gerente, Márcio de Freitas Alvarenga, pelo Fiscal do Contrato, Clerisson Aurélio de Carvalho Teixeira, e pela servidora Heloíza Campos Reis, aprovada pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, Diogo Sie Carreiro Lima, e pelo Superintendente*





da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, que no âmbito de sua competência requer a renovação do Contrato Administrativo DJ 052/2019 por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 29/10/2020 e com vencimento em 28/10/2021 (fls. 194 à 196); (II) Demonstrativo de Preços praticados pela Arte Informática com órgãos da Administração Municipal, datada de 23/07/2020, subscrito pelo Gerente de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, Márcio de Freitas Alvarenga, e pelo Fiscal do Contrato, Clerisson Aurélio de Carvalho Teixeira (fl.197); (III) Cópia do Contrato da Arte Informática com a SLU (Superintendência de Limpeza Urbana) (fls. 198 à 205); (IV) Cópia do Contrato da Arte Informática com a Belotur (fls. 206 à 211); (V) Cópia do Contrato da Arte Informática com a PRODABEL (fls.212 à 218); (VI) Cópia do contrato da Arte Informática com a URBEL (fls. 219 à 222); (VII) Email, subscrito pela Câmara de Coordenação Geral – CCG, datado de 06/08/2020, informando que em reunião realizada pela CCG no dia 05/08/2020, o Ofício CCG/SUDECAP/N 570/2020 aprovou o valor de R\$ 69.489,34 para a renovação do contrato com a Arte Inofrmática (fl. 223); (VIII) Declaração de Disponibilidade Financeira e Orçamentária, datada de 07/08/2020, atestando que as despesas resutantes da renovação do contrato com a Arte Informática, apresentam adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental 2018/2021 com base na Lei Orçamentária Anual nº 11.211/2019 e na Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000, que a Autarquia possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as despesas, e que a presente declaração está em consonância com a autorização expedida pela Câmara de Coordenação Geral (CCG)Ofício nº570/2020, aprovada em 06/08/2020 (fl. 224) ; (IX) Correspondência da Contratada, datada de 08/06/2020,manifestando interesse na renovação por mais 12 meses (fl.225); (X) Cronograma Físico – Financeiro, datado de 23/07/2020, assinado pelo Gerente de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, e pelo Fiscal do Contrato (fl.226); (XI) Planilha de Composição de Preço, datada de 23/07/2020, assinada pelo Gerente de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, Márcio de Freitas Alvarenga, pelo Fiscal do Contrato, Clerisson Aurélio Carvalho Teixeira, e pela servidora Heloíza Reis (fl.227); (XII) Situação dos Documentos do Fornecedor – SUCAF (fl. 228); (XIII) solicitação de esclarecimentos e respostas do órgão técnico acerca da vantajosidade da renovação do contrato (fls. 230 à 246).

Nesses termos, considerando a necessidade técnica demonstrada pelo órgão solicitante para renovar o ajuste contratual em tela, passa-se à análise jurídica do pleito.

É o relatório.



II – FUNDAMENTAÇÃO

A Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93, prevê, no artigo 57, como regra geral, que os contratos serão firmados com a duração da vigência dos créditos orçamentários (12 meses), devido ao princípio da anualidade do orçamento público. Contudo, atenta às vicissitudes da prática administrativa, a própria lei prevê exceções à regra geral nos seguintes termos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

III - (Vetado).

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração. (grifo nosso)

Dessa forma, observa-se a possibilidade de que os contratos de prestação de serviços contínuos sejam prorrogados com o objetivo de se obter condições mais vantajosas à administração, em até sessenta meses¹, mediante justificativa escrita e autorização prévia da autoridade competente.

Acerca da definição dos serviços contínuos, leciona Marçal Justen Filho que:

¹ O parágrafo 4º do artigo 57 dispõe que “em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.”



*A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidade pública permanente, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.*²

No mesmo sentido, entendeu o Tribunal de Contas da União que:

*O caráter contínuo de um serviço é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.*³

O artigo 57 II, da lei 8666/93, ainda dispõe que a renovação dos contratos que tem como objeto a prestação de serviços contínuos, deverá ter em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Joel de Menezes Niebuhr, sobre as condições vantajosas para a Administração Pública assim dispõe :

"A prorrogação somente se justifica se a Administração por meio dela consegue obter condições vantajosas. A finalidade da prorrogação de tais contratos reside na obtenção de vantagem. Se não houver vantagem, não se atinge a finalidade pressuposta na lei e, por via de consequência, o ato de prorrogação é eivado por desvio de finalidade. Pois bem, pode-se afirmar que, antes de prorrogar contrato de prestação de serviços, para aferir a vantagem ou desvantagem em fazê-lo, a Administração deve proceder à pesquisa de mercado. Nesse sentido, o parágrafo 2º do artigo 30 da Instrução Normativa nº 02/08, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 8.666/93. 16ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 949.

³ TCU. Acórdão nº 132/2008, 2ª Câmara. Data da Sessão: 29/7/2008.



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (regulamenta contratos de prestação de serviços para os órgãos e entidades federais integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG), prescreve que “ toda prorrogação de contratos será precedida da realização de ‘pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.”

Deste modo, foi feita uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor junto à outras instituições públicas que fazem parte da Administração Pública Municipal (fl. 197).

No que tange à demonstração de preços e das condições de vantajosidade para a Administração, fazem parte do processo em análise, a planilha com a demonstração de preços praticados pela Arte Informática Ltda, de contratos celebrados com a SLU, com a PRODABEL, com a URBEL e com a BELOTUR , e a cópia dos quatro contratos (fls. 197 à 222).

No presente caso, observa-se que o objeto contratual (prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva, suporte técnico remoto e presencial, treinamento, manutenção adaptativa, manutenção evolutiva e capacitação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos denominado ARTERH), retrata atividades que são desenvolvidas rotineiramente, em caráter permanente. Como bem atestado pelo órgão técnico solicitante, no teor da documentação anexa, a prorrogação requerida envolve o fornecimento de informações seguras aos empregados e gestores, contribuindo para que a Gerência de Controle Funcional GCONF – SD, possa planejar, estruturar e gerir os recursos humanos, além de racionalizar o uso de recursos e reduzir custos para a Administração Pública com o suporte da tecnologia da informação, sendo que a interrupção do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – ARTERH, pode gerar prejuízos ao erário público como : recolhimentos intempestivos, cálculos errados em recolhimentos e pagamentos de funcionários, atrasos no cumprimento das obrigações, dentre outros.

Verifica-se que os serviços objeto do Contrato DJ 052/2019 são destinados a atender necessidades públicas permanentes, podendo ser qualificados indubitavelmente como “prestações que se apresentam com caráter de sucessividade no tempo, repetindo-se o conteúdo respectivo em favor da Administração mês a mês”⁴. Desse modo, enquadra-se o

⁴ FERRAZ, Luciano. *Direito municipal aplicado*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p; 242.




objeto em tela como 'serviços contínuos', o que indica a incidência da hipótese prevista no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

O próprio contrato DJ 052/2019, dispõe na Cláusula Quinta – Do prazo de vigência que : “O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. *Parágrafo único: Respeitados os limites da Lei 8666/1993, o presente contrato poderá ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a SUDECAP e atendidos os preceitos do art.57, inciso II, da Lei 8666/1993 (fl. 178).*”

Portanto, verifica-se o atendimento à exigência de que a possibilidade de renovação contratual, com fulcro no dispositivo legal acima citado, esteja explicitamente autorizada no ato convocatório ou no contrato, em prestígio ao princípio da segurança e ao tratamento isonômico entre os licitantes.

Tendo sido qualificado o objeto contratual em tela como 'serviço contínuo' e tendo havido previsão da 'prorrogação' no contrato, resta avaliar juridicamente: a) duração e seu limite legal; b) vantajosidade na renovação contratual almejada; c) qualidade na prestação dos serviços; d) indicação de existência de dotação orçamentária e e) comprovação da manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada, em observância ao artigo legal referenciado e à Súmula 67, da Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte.

Quanto ao primeiro aspecto elencado, verifica-se que o prazo inicial do ajuste contratual era de 12 (doze) meses, cujo termo inicial se deu em 29/10/2019 e o termo final se dará em 28/10/2020. Neste pleito ora analisado, pede-se a renovação do contrato pelo período de 12 (doze) meses, com início em 29/10/2020 e término em 28/10/2021. Deste modo, verifica-se que a duração do contrato está dentro do limite legal (60 meses). Logo, resta atendido esse requisito.

No que diz respeito à comprovação de condições mais vantajosas relacionadas à prorrogação demandada, o órgão técnico responsável pela solicitação de renovação contratual esclarece que: *“Ainda que seja necessário demonstrar preços e condições de vantajosidade para a Administração, por se tratar de um serviço técnico, particular e específico da SUDECAP, não é possível estabelecermos quadros comparativos com outras empresas, uma vez que existem variáveis distintas como: quantidade de empregados, configurações opcionais de cada contratante, carga horária de trabalho diferenciada, inclusão de treinamentos, deslocamentos, horas de suporte, manutenção presencial e/ou remota, etc.* 



Segue planilha relacionando órgãos da Administração Pública com objeto contratual similar ao da SUDECAP, bem como cópias dos respectivos contratos. ANEXO 01 (fl. 195).

Solicitados esclarecimentos adicionais acerca da vantajosidade, o órgão solicitante juntou contratos celebrados com a CNI, SENAI e BANESTES (fls. 230 – 246) e informou que “*após justificativa da Arte Informática a respeito da composição de preços não estar associado [sic] a quantidade de funcionários, aos contratos das empresas SENAI, CNI e BANETES, e aos valores praticados para as indiretas da PBH - entendemos que os valores praticados pela contratada estão abaixo do valor de mercado*” (fl. 230).

Através do Ofício GCOAT – SD/DJUR – SD Nº021/2020, datado de 05/08/2020, o Gerente de Gestão de Contratos Administrativos e Transportes, Márcio de Freitas Alvarenga, o Fiscal do Contrato, Clerisson Aurélio de Carvalho Teixeira, e a servidora Heloíza Campos Reis informam que a Arte Informática Ltda, vem cumprindo a contento a prestação dos serviços ora contratados pela SUDECAP e mantendo as condições de habilitação e idoneidade, e que, durante a execução do contrato a até o momento, não houve ocorrências que justificassem o encerramento contratual (fl.194 verso).

Referente à indicação do recurso necessário (existência de dotação orçamentária), verifica-se seu cumprimento por meio da documentação anexa, com destaque para a Declaração de Disponibilidade Financeira e Orçamentária, datada de 07/08/2020 declarando que as despesas resutantes da renovação do contrato com a empresa Arte Informática Ltda apresentam adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental 2018/2021 com base na Lei Orçamentária Anual nº11.211/2019 e na Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000, que a Autarquia possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as despesas, e que a presente declaração está em consonância com a autorização expedida pela Câmara de Coordenação Geral (CCG) Ofício nº570/2020, aprovada em 06/08/2020 (fl. 224).

Quanto a CCG (Câmara de Coordenação Geral), esta consta da documentação anexa, através de email encaminhado pela Câmara de Coordenação Geral – CCG em 06/08/2020, informando que em reunião realizada no dia 05/08/2020, foi aprovada através do Ofício CCG/SUDECAP/Nº570/2020, a despesa para a renovação do contrato com a Arte Informática, no valor de R\$ 69.489,34 (fl.223).

Finalmente, destacamos o atendimento ao art. 57, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, considerando a justificativa escrita acostada aos autos, bem como a aprovação da solicitação



de Renovação de Contrato (Serviço Contínuo) pela autoridade competente, Superintendente da SUDECAP – Henrique de Castilho Marques de Sousa.

Pelo exposto, opinamos pela celebração do aditamento ora pleiteado, diante do enquadramento da demanda à hipótese legal prevista no art. 57, II, da Lei Geral de Licitações.


III – CONCLUSÃO

Após verificação da legalidade dos motivos constantes da Solicitação de Renovação de Contrato, através do Ofício GCOAT – SD/DJUR – SD nº021/2020, datado de 05/08/2020, e por estar o expediente instruído com as justificativas técnicas aprovadas pelos departamentos/diretorias competentes e aprovado pela autoridade competente para celebrar o contrato, somos favoráveis à celebração do termo pretendido, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

Registre-se que este Parecer não adentra em questões relacionadas a áreas técnicas específicas, uma vez que extrapolam a competência desta parecerista.


Raquel de Oliveira Melgaço
Advogada Pública – DPCT-SD
OAB Nº 94.797


Renato Chagas Ribeiro de Vasconcellos
Gerente de Controle de Contratações
OAB/MG 96.765


Ana Paula Prado Garcia
Chefe do Departamento de Contratações
OAB/MG 157.693

Aprovação:


Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel
Diretor Jurídico – DJUR-SD
OAB/MG Nº 102.711

